

Comunicado oficial do Governo de Minas

Sex 13 novembro

Sobre tratativas de acordo com a empresa Vale, o Governo de Minas informa que:

- **Não se trata de acordo sigiloso.** Uma primeira audiência de conciliação no Tribunal de Justiça foi realizada em 22 de outubro, após a qual representantes do Estado prestaram esclarecimentos à imprensa, inclusive. Após essa audiência, a empresa Vale enviou sua proposta, que foi colocada inicialmente sob sigilo de justiça, quebrado na última quinta-feira (12/11);
- **O pedido de quebra do sigilo em relação à proposta foi peticionado pelo Governo do Estado** ao Tribunal de Justiça, por meio da [Advocacia-Geral do Estado \(AGE\)](#), pela Advocacia-Geral do União, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público de Minas Gerais, pela Defensoria Pública de Minas Gerais e pela Defensoria Pública da União;
- **Apenas nas duas últimas semanas, foram três audiências públicas realizadas sobre o tema,** sendo duas na Assembleia Legislativa do Estado e uma de forma on-line, com participação de milhares de atingidos, com pico superior a 1,7 mil acessos simultâneos, além de reunião com movimentos sociais;
- Caso o acordo seja firmado, **parte dos projetos SERÁ DECIDIDA DIRETAMENTE PELAS COMUNIDADES ATINGIDAS, COM AMPLO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO;**
- **Periodicamente, o governador recebe atingidos representados por associação de familiares de vítimas e atingidos,** tendo o último encontro sido realizado em 21 de outubro;
- **As tratativas por um acordo buscam evitar uma batalha jurídica de anos ou décadas,** iniciando a reparação de danos socioambientais imediatamente;
- **Trata-se de uma ação envolvendo danos coletivos econômicos e sociais causados ao Estado,** não interferindo em ações sobre direitos individuais dos atingidos. As ações individuais constituem processos à parte;
- **Em relação à proposta feita pela empresa, o Governo de Minas esclarece que a considera insuficiente** em razão do volume dos danos socioeconômicos causados pelo rompimento da barragem. A mediação buscará avançar para valores compatíveis e proporcionais aos danos

sofridos;

- **O pedido de reparação de R\$ 54,6 bilhões foi feito em conjunto por Governo do Estado**, por meio da AGE, Ministério Público do Estado, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e a Advocacia-Geral da União;

- **Os recursos serão destinados a contas específicas para aplicação em projetos que priorizam a região diretamente atingida**, caso o acordo seja firmado em especial nas áreas de Saúde, Educação, Assistência social, Saneamento básico e Mobilidade;

- **O Poder Público do Estado de Minas Gerais está presente na região atingida prestando apoio à população desde o dia do rompimento e em diálogo com as comunidades**, por meio das secretarias de estado, do [Corpo de Bombeiros](#), da [Polícia Civil](#), da [Ouvidoria-Geral do Estado](#), do MPMG e da DPE. O Corpo de Bombeiros atua ainda hoje na busca por corpos de desaparecidos;

- Pelo exposto, fica claro que **um eventual acordo acrescentaria obrigações à Vale**, sem qualquer concessão e obrigando-a a iniciar um processo de reparação que poderia levar anos para ser iniciado.